

Feministas na Cúpula dos Povos do Sul, em Salvador

CPI do Aborto

No ano de comemoração dos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e às vésperas da realização da 11ª Conferência de Direitos Humanos, vivemos a intensificação da perseguição e criminalização das mulheres, tendo como exemplo maior o processo envolvendo quase 10 mil mulheres, pela suposta prática de aborto. Atualmente, são cerca de 1.200 mulheres que estão processadas, tendo suas vidas e intimidades expostas.

Além disso, o presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia, acaba de assinar a criação de uma CPI do aborto na Câmara dos Deputados, que só reforça e legitima a estratégia de criminalização e perseguição às mulheres. Porém, cresce entre parlamentares do setor do governo propostas de cancelar a CPI. Vários partidos como o PT, PSB, PC do B e PPS decidiram não indicar representantes para compor a Comissão.

A medida poderia ser ainda revertida, se fosse apreciada pela Comissão de Cidadania e Justiça, mas dada a composição conservadora desta Comissão na atual legislatura, a única possibilidade de reversão é através de setores do próprio governo, se conseguirem reverter esta iniciativa junto ao próprio presidente da Câmara.

Mais do que nunca, precisamos denunciar a violação explícita aos direitos humanos das mulheres no âmbito da Conferência e para a sociedade. Os direitos das mulheres são direitos humanos!

Pelo sim, pelo não, é melhor o movimento preparar-se para fazer da Frente contra a Criminalização das Mulheres e Pela legalização do aborto, recentemente criada, um instrumento de resistência e luta. Construir a frente nos estados, é tarefa urgente.

A presença da AMB na Cúpula dos Povos do Sul, espaço de diálogo entre governos e sociedade civil, será marcada com dois dias de atividades. No primeiro, nesta sexta-feira (12), militantes da AMB participam do seminário "A integração Regional na Perspectiva das Mulheres", promovido pelo GT Gênero da Rede Brasileira pela Integração dos Povos - Rebrip, e pelo Comitê de Mulheres da Aliança Social Continental.

Pela manhã, o seminário começou com uma mesa sobre o Histórico das Cúpulas e dos processos de Integração Regional, e outra sobre os cenários: Mercosul/ Unasul/ ALBA e TCP. À tarde, o debate ficou centrado nos desafios da Integração Regional para as mulheres. Em seguida, discutiu-se a participação na Cúpula dos Povos da América Latina e Caribe e a incidência na Cúpula oficial. O seminário aconteceu no Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO/UFBA), na Rua Inocêncio Galvão, 42 - Largo 2 de Julho.

Dia 15, segunda-feira, também no âmbito da Cúpula dos Povos, será realizado mais um acampamento do Fórum Itinerante dos Movimentos de Mulheres em defesa da Seguridade Social (FIPSS). Pela manhã, as organizações do Fórum promovem o debate "Trabalho e Previdência Social". O objetivo é discutir os problemas que as mulheres enfrentam no trabalho, a partir dos testemunhos das trabalhadoras presentes. Essa atividade é realizada pela AMB, em parceria com a Campanha Nacional pela Aposentadoria das Donas-de- Casa, a Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas e a Marcha Mundial de Mulheres.

À tarde, as mulheres discutem sobre Seguridade Social e as propostas do FIPSS. Por volta das 15h, as participantes se juntam a outros movimentos sociais presentes na Cúpula dos Povos e seguem para a Marcha pela Unidade Latino-Americana e Caribenha.

A Cúpula dos Povos, promovida por diversos movimentos sociais, será realizada em contraponto a dois eventos que envolvem governos da América Latina e Caribe: a reunião de Cúpula de presidentes dos países do Mercosul (sem a presença dos EUA) e a Cúpula de presidentes de toda a região. As duas reuniões governamentais são preparatórias à Cúpula das Américas, que ocorre em Abril de 2009, em Trinidad. Na ocasião, os/as presidentes vão discutir propostas de integração e desenvolvimento. Os da América do Sul, irão trazer propostas mais alternativas, como a UNASUL e ALBA.

As propostas de integração alternativa, na visão dos movimentos, incluindo a AMB, estão longe de contemplar o conjunto de demandas e expectativas dos movimentos da região. Por isso, a realização da Cúpula dos Povos, que discute a integração regional que nos interessa: solidária, soberana e, para as feministas, libertária - que enfrente o patriarcado na região.

SESSÃO ESPECIAL - No dia 14, a Cúpula dos Povos do Sul realiza uma sessão especial sobre Dimensão Social do Mercosul, e participa da mesa Lilián Celiberti, da Articulação Feminista Marcosur.

Mulheres em Destaque

Direitos Humanos 2008 – Na próxima semana, duas feministas e uma organização de mulheres receberão o 14º Prêmio Direitos Humanos 2008, promovido pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH/PR).

Na categoria Dorothy Stang – Defensores de Direitos Humanos, a ganhadora foi Maria Amélia de Almeida Teles; na categoria Igualdade de Gênero, Sílvia Pimentel; e na categoria Igualdade Racial o prêmio foi para a Rede Mulheres Negras – PR. A homenagem da SEDH/PR é um reconhecimento nacional a diversos defensores/as de direitos por desenvolverem trabalhos em defesa dos direitos humanos.

A cerimônia de entrega será no dia 15, às 15h, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília, durante a abertura da Conferência Nacional de Direitos Humanos.

11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos

No próximo dia 15, antecedendo a abertura da 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos, acontece em Brasília, uma reunião de delegadas de organizações feministas e de mulheres.

O objetivo da atividade é articular as propostas e estratégias de incidência durante a Conferência. A reunião começa às 19h, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães.

Frente à perseguição e a violação aos direitos humanos das mulheres, as delegadas realizam um ato público no dia 16, às 11h, em articulação com o Fórum de Mulheres do Distrito Federal e outras organizações.

Seção CONTEXTOS -

Carta da AMB sobre o PLOA/ 2009 – o documento solicita que seja incluída no Substitutivo ao Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA 2009, os recursos para a implementação da Lei 11.340/2006 - Lei Maria da Penha e do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (Decreto nº 6.387, de 05 de março de 2008).

Entre os serviços indicados na carta da AMB para os quais não foram destinados recursos no Substitutivo estão: os Núcleos Especializados de Defensoria Pública, apoio à Implantação de Centros Especializados de Perícia Médico-Legal em Atendimento à Mulher Vítima de Violência.

Nota Pública da AMB – Em referência ao anúncio da criação da Secretaria Especial da Mulher, em São Paulo (SP), a AMB divulgou nota pública, apresentando alguns questionamentos à proposta do prefeito eleito, Gilberto Kassab.

Seguridade Social – Também anexamos a esta edição, o panfleto do Fórum Itinerante dos Movimentos de Mulheres em defesa da Seguridade Social (vide nota nesta edição), que será distribuído na Cúpula dos Povos, nesta segunda, dia 15.